

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PROCESSO N.º 2506939/2024

UASG: 925449

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

EDITAL

RESUMO

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - FPEHCGV



CNPJ nº 22.980.973/0001-77



OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da marca SIEMENS N.º Série 138528 Patrimônio nº14193, é indispensável para a prestação da assistência de saúde segura para os pacientes cardiopatas e nefropatas da Fundação Pública Estadual Hospital Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) e do Centro de Hemodiálise Monteiro Leite (CHML).



MÉTODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto



ENTREGA

Forma

O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato.

Prazo

Imediato.

Local

Setor de Hemodinâmica da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, situado na Tv. Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – CEP: 66.083-106 na Cidade de Belém, Estado do Pará, de segunda à sexta-feira, exceto sábado, domingo e feriados, no horário das 08h às 17h, conforme descrito na especificação técnica.

VALOR ESTIMADO

R\$ 418.779,48 (quatrocentos e dezoito mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos).



REAJUSTE

Índice

☐ IPCA

☐ INCC

☐ Outro: (sigla)

☐ INPC

☒ IGP-M

Período

A cada 12 meses, a contar da data do orçamento estimado, 24 de novembro de 2025.

PAGAMENTO

Forma

Ordem bancária, BANPARÁ, caso a empresa vencedora não possua conta BANPARÁ a mesma deverá providenciar a abertura de conta bancária junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, nos termos do Decreto Estadual nº 877/2008, para o recebimento dos pagamentos decorrentes da execução contratual.

Prazo

30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data

06/04/2026.

Hora

Portal do Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br
09 h

Edital disponível nos Portais: www.gov.br/compras/pt-br, www.compras-pa.pa.gov.br e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1 – PROMOTOR DO PREGÃO

1.1 O PROMOTOR deste pregão é a FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - FPEHCGV, fundação de direito público do Estado do Pará, CNPJ n.º 22.980.973/0001-77, com sede na Travessa Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – Belém/PA, neste ato representada por seu Presidente Dr. Sipriano Ferraz Santos Junior, brasileiro, médico, portador da CNH nº 04660499287 DNT/PA e CPF n.º 891.273.072-04, residente e domiciliado nesta cidade, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 15 de maio de 2025, publicado no DOE n.º 36.229 de 16 de maio de 2025. Tendo como Agente de Contratação o Sr. Robson Raphael Rodrigues de Lima, designado (a) pela Portaria n.º 89 de 20 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 36.542 do dia 24/02/2026.

CLÁUSULA 2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 A presente licitação será realizada por meio de PREGÃO ELETRÔNICO e observará a Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar Federal n.º 123/06, Decretos Estaduais n.º 2.939/2023 e alterações, Decreto Estadual n.º 877/2008, 2.940/2023, 3.037/2023 e 3.532/2023, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3 – OBJETO

3.1 O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da marca SIEMENS Nº Série 138528 Patrimônio nº14193, é indispensável para a prestação da assistência de saúde segura para os pacientes cardiopatas e nefropatas da Fundação Pública Estadual Hospital Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) e do Centro de Hemodiálise Monteiro Leite (CHML).

3.2 O objeto a ser licitado é o seguinte conforme os itens descritos no Termo de Referência:

Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da marca SIEMENS Nº Série 138528 Patrimônio nº14193, é indispensável para a prestação da assistência de saúde segura para os pacientes cardiopatas e nefropatas desta Fundação Pública Estadual Hospital Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) e Centro de Hemodiálise Monteiro Leite	-	mês	12	R\$ 34.898,29	R\$ 418.779,48

(CHML).					
VALOR ESTIMADO **			R\$ 418.779,48		

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☒ Item único;
- ☐ Divisão em itens, conforme tabela do item 3.2 deste edital;
- ☐ Lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☒ Lote único, formado por x x x item, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

a. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 4.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no item 4.1 poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e na Lei Estadual n.º 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou

detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404/76, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a alínea d do item 4.6 será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas b e c do item 4.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas alíneas b e c do item 4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do item 4.7 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5 – FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES deverão cadastrar no sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº

14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será sigiloso para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6 – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta contendo duas casas decimais, com o valor unitário exato (sem dizimas) por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a) ☒ Valor do item.
- b) Marca

- c) Fabricante
- d) Descrição do objeto similar ao termo de referência

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 7.12.

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas se obriga a cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade como TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no item 6.6, o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - 1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - 2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7 – ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.5 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.7 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 7.8 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: Menor preço por item
- 7.9 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 7.10 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.
- 7.11 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$ 10,00 (dez reais).
- 7.12 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.13 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>

- 7.14 Após o término dos prazos estabelecidos no item 7.13, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem será crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 7.15 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.
- 7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.
- 7.17 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.
- 7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no

sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.20.1.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.20.1.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.20.1.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

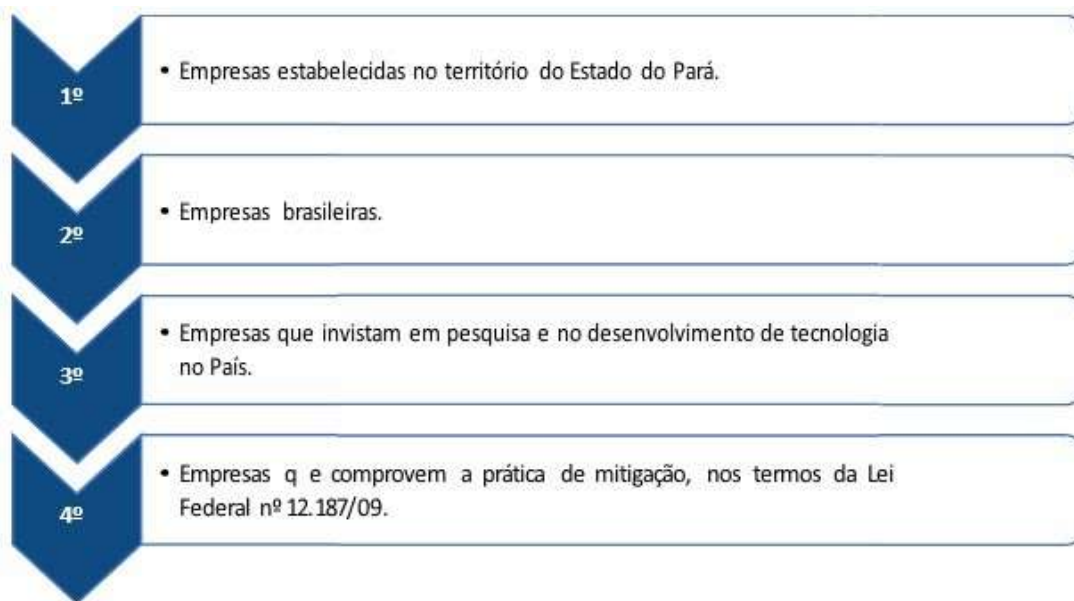
7.20.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1ª poderá apresentar melhor oferta.

7.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



7.23 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.24 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.25 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem desclassificação inicialmente estabelecida.

7.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.27 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.28 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.30 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a) A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b) O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c) Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a) Verificação detalhada da composição dos custos apresentados pelo licitante, incluindo, mas não se limitando a:
 - Custos diretos e indiretos;
 - Tributos incidentes na entrada e saída de mercadorias;
 - Despesas com frete e logística;

- Mão de obra, quando aplicável;
- Encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- Margem de lucro mínima aceitável para a atividade em questão.

b) Análise da viabilidade econômica da proposta diante da ausência ou insuficiência de custos de oportunidade, os quais poderiam, eventualmente, justificar a apresentação de valores significativamente inferiores à média de mercado.

8.9 A constatação de que os custos necessários à execução contratual superam o valor da proposta, ou de que não há justificativas plausíveis para a redução extrema dos preços, configura forte indício de inexecutabilidade, devendo a proposta ser desclassificada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.10 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas a e b do item anterior autoriza a constatação da inexecutabilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

CLÁUSULA 9 – HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Item REQUISITOS DA CONTRATADA do TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE, devendo ser apresentados em conformidade com as condições, critérios e prazos estabelecidos neste Edital. A não apresentação dos documentos exigidos, bem como a sua apresentação em desacordo com os requisitos legais, técnicos e editalícios, implicará a inabilitação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 9.1.1 Atestado de capacidade técnica para desempenho de atividade compatível com o objeto, mediante apresentação de experiência mínima 01 (um) ano, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado do ramo hospitalar de saúde, que comprove experiência prévia para o serviço a ser contratado; o atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa;
- 9.1.2 Licença de Funcionamento (LF) fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, para a Licitante onde se encontra sediada a Empresa, dentro do prazo de validade;
 - 9.1.2.1 Será aceito o protocolo de revalidação, não será aceito o protocolo de solicitação de licença de funcionamento;
- 9.1.3 Registro ativo do Responsável Técnico da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA, com comprovação de acervo técnico;
- 9.1.4 Declaração de Vistoria. Documento que comprove que o licitante realizou vistoria no local do objeto do Termo de Referência, com a assinatura da chefia ou do(a) engenheiro(a) clínico(a) do Setor de Engenharia Clínica. Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse

sentido; A declaração deverá ser emitida em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada art. 66 da Lei n.º 14.133/2021.

9.3.1 As habilitações Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), social e Trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 a seguir:

9.3.1.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.1.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.1.3 A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.1.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.1.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.3.1.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.3.2 Para fins de demonstração da Qualificação Econômico-Financeira, a Licitante vencedora deverá apresentar por meio eletrônico (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

9.3.2.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

- a) Assinado pelo profissional contábil e pelo titular ou representante legal da empresa;
- b) Acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário autenticados pela Junta Comercial ou órgão equivalente;
- c) Acompanhado de Notas Explicativas;
- d) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ e $LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
- e) Devem constar a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício

anterior (análise comparativa da situação financeira);

9.3.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

9.3.2.3 O Licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item acima, quando da habilitação, deverá comprovar, considerados os riscos para a Fundação FPEHCGV, o Capital ou Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação (§ 4º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021).

9.3.2.4 Com relação ao Balanço Patrimonial deverá, ainda, a licitante observar o seguinte:

- a) As empresas obrigadas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) devem apresentar suas demonstrações contábeis por esse sistema, acompanhadas das Notas Explicativas e do Recibo de Entrega à Secretaria da Receita Federal;
- b) Empresas OPTANTES pelo regime de tributação do Simples Nacional devem apresentar o Comprovante da Opção, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>
- c) As sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedades anônimas), deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à Escrituração Digital Eletrônica (ECD), também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do SPED Contábil.

9.4 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor do juízo da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura da sessão do presente certame.

9.4.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.5 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.6 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico.

9.8 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante

responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.10 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.11 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, como jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas. Por decisão do pregoeiro, o prazo pode ser prorrogável por igual período, desde que haja solicitação motivada do licitante.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

9.16.1 Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e

9.16.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.19.

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

observará o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, de modo que eventual restrição na documentação fiscal e trabalhista não impedirá a participação na licitação, assegurando-se ao licitante, quando declarado vencedor do certame na fase inicial de lances, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação.

CLÁUSULA 10 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11 – RECURSOS

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte, conforme determinado no art. 40 do Decreto Estadual nº 2.940/2023:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b) O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a) Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis; ou
- b) Encaminhar o recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal Comprasnet.

CLÁUSULA 12 – INFRAÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4. Deixar de apresentar amostra; 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p>Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p>e</p> <p>Impedimento de licitar e contratar*</p>

<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p> <p>f. Fraudar a licitação;</p> <p>g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Agir em conluio ou contra a lei; 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; <p>h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;</p> <p>i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.</p>	<p>Multa</p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p>e</p> <p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>
--	--

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3 As sanções previstas no item 12.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.9 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou

retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 12.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a) O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b) O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.14 O recurso a que se refere o item 12.12 deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, pelo e-mail: cplfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br e as respostas serão disponibilizadas no portal www.gov.br/compras.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual n.º 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14 – VISTORIA OU DECLARAÇÃO FORMAL

14.1 Poderá ser por vistoria prévia, sendo agendada por meio de e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br ou pelo telefone 91-3110-1233, declaração formal em papel timbrado da empresa, atestando conhecimento das exigências e condições de execução do objeto a ser contratado.

14.2 Prazo da solicitação de vistoria prévia é de 02 (dois) dias úteis antecedentes a data de abertura do processo licitatório.

14.3 Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, renunciando a possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.

CLÁUSULA 15 – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Portal

Comprasnet e no Portal do ComprasPará.

15.12 A empresa licitante, ao participar deste certame, declara-se ciente de todas as condições e cláusulas constantes do edital e seus anexos, assumindo integral responsabilidade pelo seu fiel cumprimento.

15.13 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinar o Contrato, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.14 O Setor de Contratos solicitará à empresa adjudicatária a apresentação dos dados bancários do **BANPARÁ**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Caso a empresa não possua conta na referida instituição financeira, deverá apresentar o **Anexo III**, nos termos da cláusula 14.17 deste Edital, comprometendo-se à adoção das providências necessárias para sua regularização.

15.15 O prazo de validade do Contrato será aquele expressamente fixado no respectivo instrumento contratual, observadas as disposições legais aplicáveis.

15.16 Na hipótese de o convocado não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da adoção das providências administrativas pertinentes.

15.17 Fica ainda estabelecido que a empresa adjudicatária se compromete a realizar a abertura de conta bancária junto ao **Banco do Estado do Pará – BANPARÁ** (conforme anexo III), para fins de recebimento de valores decorrentes da execução contratual, em conformidade com o Decreto Estadual nº 877, de 1º de abril de 2008, comprometendo-se a apresentar à Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna os respectivos dados bancários (agência e número da conta) no prazo máximo **de 5 (cinco) dias úteis** a partir da convocação da assinatura para o contrato.

15.18 Após a abertura da conta no BANPARÁ, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, apresentando os respectivos comprovantes bancários, para que a alteração da conta de pagamento seja registrada mediante **APOSTILA**, conforme previsto no art.136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.19 O descumprimento do prazo estabelecido na cláusula contratual ou ata de registro de preços poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, na forma prevista na legislação vigente;

15.20 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.20.1 ANEXO I - Termo de Referência - Apêndice (ETP);

15.20.2 ANEXO II - Minuta do Contrato;

15.20.3 ANEXO III – Termo de Compromisso de Abertura de Conta Banpará.

Belém (PA), 18 de março de 2026.

Dr. Sipriano Ferraz Santos Júnior

Diretor Presidente da FPEHCGV

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PROCESSO N.º 2506939/2024

UASG: 925449

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Lote	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da marca SIEMENS Nº Série 138528 Patrimônio nº 14193, é indispensável para a prestação da assistência de saúde segura para os pacientes cardiopatas e nefropatas desta Fundação Pública Estadual Hospital Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) e Centro de Hemodiálise Monteiro Leite (CHML).		mês	12	R\$ 34.898,29	R\$ 418.779,48
VALOR ESTIMADO **							R\$ 418.779,48
JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTE							
ITEM ÚNICO							
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO							
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?		<p>A Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) é um hospital de referência cardiológica, nefrológica, psiquiátrica no Estado do Pará com a finalidade de prestar serviço à saúde pelo SUS, assim como, prestar o ensino, à pesquisa e o ensino-aprendizagem para a formação de pessoas.</p> <p>A Fundação exerce a função de centro de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e tem um papel de destaque para a sociedade amazônica. Do mesmo modo, como hospital de ensino para a universidade estadual, tendo características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.</p> <p>Os Equipamentos de Imagem são equipamentos pertencentes ao parque de equipamentos da FPEHCGV, apresentando elevada complexidade e exige conhecimento técnico especializado em engenharia e manutenção, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Ratifica-se a importância de manter as condições seguras e adequadas dos equipamentos de diagnóstico por imagem, visto que são ferramentas essenciais para o laudo médico e correto tratamento do paciente.</p>					

O Angiográfico é um aparelho que possibilita a realização da angiografia, que é utilizada para visualização, em tempo real, através de raio-X e injeção de contraste, dos vasos sanguíneos no ambiente intravascular na área da hemodinâmica (cardiologia intervencionista) – responsável por obter, através de um conjunto de procedimentos médicos, diagnóstico e tratamento.

Além dos benefícios diretos do serviço de manutenção sobre este equipamento, tal contratação acaba por contribuir indiretamente na formação profissional dos profissionais de saúde, proporcionando um cenário com os exames necessários para as mais diversas residências ofertadas na Fundação, que contam com residentes médicos e multiprofissionais.

O ensino como essência institucional, desempenha uma série de atividades e dentre elas destaca-se as relacionadas à Residência Médica, modalidade de ensino de pós-graduação.

Considerando que a setor de Engenharia Clínica não dispõe de mão de obra própria especializada neste tipo de serviço, bem como equipamentos para testes específicos e a estrutura necessária à manutenção deste equipamento, se faz necessária a contratação de serviço terceirizado.

A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 509/2021, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde e aprova o regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para o Gerenciamento de Tecnologias em Saúde em estabelecimentos de saúde.

Este regulamento garante a rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade e segurança e, no que couber, desempenho, desde a entrada no estabelecimento de saúde até seu destino final, incluindo o planejamento dos recursos físicos, materiais e humanos, bem como, da capacitação dos profissionais envolvidos no processo destes.

Diante dessa necessidade e considerando que a FPEHCGV não dispõe de instrumentos e equipamentos específicos e apropriados para a execução desses serviços e estoque das peças necessárias para execução dos reparos, faz-se necessária a contratação do serviço.

Por tanto, solicito a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da Marca: SIEMENS, Modelo: Artis Zee Floor, Nº Série:138528, Patrimônio nº14193.

NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO

NATUREZA	Serviço comum de natureza continuada e sem monopólio.
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim De acordo com o Estudo Técnico Preliminar, o contratado prestará garantia do serviço indicado no item 1 durante o tempo de duração do contrato, a partir do seu recebimento pela contratante, com prazo máximo de 12 (doze) meses. Durante a vigência da Garantia, a CONTRATADA deverá realizar as visitas decorrentes de chamados técnicos sem ônus ao CONTRATANTE. Garantia de cobertura completa incluindo reposição de peças e acessórios, prazo de no máximo quatro (04) horas úteis para atendimento remoto e de vinte e quatro (24) horas <input type="checkbox"/> Não.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA DE CONTRATAÇÃO	Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. Dispensa de licitação, com fundamentação no art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico. <input type="checkbox"/> Sistema de Registro de Preços <input type="checkbox"/> Adesão Ata de Registro de Preço	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.	
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: <i>(Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).</i>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	

<p>CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A proposta deve observar o valor unitário e global máximo aceitável conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado. 2. Apresentar, referente ao produto ofertado, em cada item, de forma clara e inequívoca no objeto lícitado: <ol style="list-style-type: none"> a. Indicação do valor unitário e total de cada item e o valor total da proposta, que o fornecedor se propõe a entregar, em algarismo e por extenso, já incluídas, discriminadamente, todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e impostos, inclusive o desembaraço alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda corrente nacional e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência; 3. A proposta de preço deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, contendo todos os dados que identifiquem a empresa, como a razão social, CNPJ, endereço completo, telefone fixo, e-mail, informações bancárias e assinadas pelo representante legal da empresa.
<p>HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?</p>	<div> <input type="checkbox"/> Sim. <div>Indicar os itens:</div> </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Não. Por ser um equipamento específico para cardiologia intervencionista e de grande porte. </div>
<p>REQUISITOS DA CONTRATADA</p>	
<p>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. </div> <div> <input type="checkbox"/> Não. </div>

<p>QUALIFICAÇÕES</p> <p>TÉCNICAS</p> <p>EXIGIDAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1 Atestado de capacidade técnica para desempenho de atividade compatível com o objeto, mediante apresentação de experiência mínima 01 (um) ano, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado do ramo hospitalar de saúde, que comprove experiência prévia para o serviço a ser contratado; o atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa. 2 Licença de Funcionamento (LF) fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, para a Licitante onde se encontra sediada a Empresa, dentro do prazo de validade. 2.1 Será aceito o protocolo de revalidação, não será aceito o protocolo de solicitação de licença de funcionamento. 3 Registro ativo do Responsável Técnico da empresa no Conselho Regional de Engenharia (CREA). 4 Declaração de Vistoria. Documento que comprove que o licitante realizou vistoria no local do objeto deste Termo de Referência, com a assinatura da chefia ou do(a) engenheiro(a) clínico(a) do Setor de Engenharia Clínica. Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido; A declaração deverá ser emitida em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa.
<p>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p>Especificar: De acordo com o art.10º do Decreto n. 4.193, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024, do Estado do Pará, Os editais para a contratação de serviços poderão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando cabíveis, dentre outras: I - utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); II - adoção de medidas para evitar o desperdício de água; III - fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; IV - adoção de programa interno de treinamento de empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e V - coleta seletiva e separação de resíduos recicláveis descartados e a sua destinação a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>

<p>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</p>	<p>Risco 1: Sofrer penalidades, caso não cumpra todos os requisitos do contrato;</p> <p>Risco 2: Arcar com custos adicionais, resultantes de variações de valores no mercado, até que seja comprovado a necessidade de reequilíbrio e submissão de aprovação por parte da administração pública;</p> <p>Risco 3: Arcar com todos os custos, em função da necessidade de troca/reposição de produtos, oriunda de avarias, desvios ou não atendimento das condições especificadas no Termo de referência e Edital.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</p>	<p>O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução do serviço, no período 02 (dois) dias úteis, antecedentes a data de abertura do Edital, mediante agendamento prévio com o setor de engenharia clínica da FHCGV, através do e-mail (engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br) ou pelo telefone (3110- 1233) e para acompanhamento de um servidor do Órgão com o preposto, devidamente credenciado pela empresa.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, renunciando a possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente, devendo enviar para o e-mail acima descrito.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p align="center">FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</p>	
<p>COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?</p>	<p><input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.</p>
<p>LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</p>	<p>O Serviço deve ser executado no endereço descrito abaixo:</p> <p>Setor de Hemodinâmica da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, situado na Tv. Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – CEP: 66.083-106 na Cidade de Belém, Estado do Pará, de segunda à sexta-feira, exceto sábado, domingo e feriados, no horário das 08h às 17h, conforme descrito na especificação técnica.</p>
<p align="center">PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</p>	
<p>Prazo do contrato</p>	<p>12 meses</p>
<p>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
	<p align="center">Meio Ordem bancária.</p>
	<p>Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará, conforme Decreto Estadual n.º 877/2008.</p>

FORMA DE PAGAMENTO	<p>Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p> <p>Prova da regularidade fiscal A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<p><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.</p> <p><input type="checkbox"/> Não há.</p> <p>Justificativa: Considerando art.98 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, o qual prevê o percentual de garantia par contratações de obras, serviços e fornecimentos. Dessa forma, a exigência de garantia não é apenas uma formalidade mas uma ferramenta para assegurar o cumprimento de toda as obrigações do contratado, assegurando a Garantia do serviço Conforme as Especificações, Mitigação de Riscos de Inexecução Contratual, eventual compensação por Vícios Defeitos... Em resumo, a garantia contratual é fundamenta para proteger o interesse público, assegurando que investimento feito na presente contratação seja recompensado com a manutenção e suporte técnico necessários para a prestação de um serviço essencial à saúde</p>
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	<p>Funcional Programática: 10.302.1507.8288 Natureza da Despesa: 339039 Fonte de Recursos: 01659000061,01659000069,01500100203 , 01500000001, 01601000049, e suas respectivas subfontes e superavits Plano Interno: 1020008288C</p>
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO /FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	<p>A responsabilidade administrativa pela fiscalização e acompanhamento do contrato será de competência da servidora <i>Danielle Cristina do Nascimento Costa</i>, matrícula: 57173312/1 , liderança de enfermagem da Hemodinâmica e/ou seu substituto legal, sob os seguintes contatos: telefone (91) 3110-1296; Endereço de e-mail: hemodinamica@gasparvianna.pa.gov.br e para proceder à observação da rotina de uso contínuo do equipamento será de competência da chefia do setor. Jaelson Campos Cunha, matrícula 57189053/1, técnico da Engenharia Clínica, sob os seguintes contatos: telefone (91) 3110-1234; Endereço de e-mail: oficinaengenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br</p>
OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	

- a) Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital.
- b) Rejeitar a(s) peça(s) cujas especificações não atenda(m), em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência.
- c) Assegurar aos técnicos da contratada o acesso para reposições e/ou substituições durante a garantia, respeitadas as normas de segurança interna do contratante.

- d) Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da contratada.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega dos bens contratados e o seu aceite.
- f) Notificar a empresa, através do Setor de Convênios e Contratos (SECONC) da FHCGV, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no item que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- g) Impedir que terceiros executem o fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência.
- h) Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/PRESTADOR

1. Fornecer o objeto deste Termo, atendidos os requisitos e observadas as normas constantes deste instrumento, em conformidade com a proposta avaliada.
2. A empresa deverá possuir equipe técnica qualificada, em Belém do Pará, para efetivar os serviços de manutenção corretiva e preventiva necessários ao correto funcionamento do equipamento.
3. Manter o equipamento e todos os seus componentes relacionados em condições satisfatórias de operação, conforme especificações técnicas do fabricante.
4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no mesmo.
5. Comunicar, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste Termo.
6. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) produto(s), objeto da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança e eficácia, conforme previsto na legislação em vigor.
7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FPEHCGV durante a vigência da garantia do contrato.
8. Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da aquisição, tributos sem qualquer exceção, que incidirem sobre a presente aquisição, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva do fornecedor e deverão ser pagos nas épocas devidas, não devendo, em hipótese alguma, falar-se em responsabilidade solidária ou subsidiária.
9. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças originais deverão ser efetuados sempre pela CONTRATADA em 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da Marca SIEMENS, Modelo: Artis Zee Floor, Nº Série 138528 Patrimônio nº14193, no local onde a máquina se encontra, endereço descrito no Estudo Técnico Preliminar.
10. Fornecer peças e acessórios de reposição originais, devidamente comprovadas.
11. Todos os serviços devem ser realizados nas dependências da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas “Gaspar Vianna”, conforme o item a ser atendido. Excepcionalmente, e após autorização da FPEHCGV, poderá ser realizado o serviço fora das dependências da mesma, na dependência da empresa licitante;
12. O contrato de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças originais, objeto deste contrato, será na modalidade “full”, com total cobertura dos serviços, disponibilização de peças reposição e de todos os acessórios necessários para o adequado funcionamento do equipamento descrito acima, tais como peças mecânicas, elétricas e eletrônicas, compatível com o equipamento descrito, sempre seguindo as normas técnicas de manutenção preventiva e corretiva do equipamento existente, de tal forma a manter o seu pleno funcionamento, como o recomendado pela

RDC Nº509 de 27 de maio 2021.

13. Emitir um Relatório inicial com a análise da situação encontrada no equipamento a ser recuperado e qualificado, incluindo um levantamento fotográfico do mesmo, no prazo de 30(trinta) dias. Encaminhar o Relatório inicial para o e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br
14. Elaborar Relatório Mensal, ao final de cada mês, firmado por seu Responsável Técnico, que poderá ser engenheiro eletricista, mecânico, eletrônico e biomédico. No qual estarão registradas as ocorrências do mês; reposições de peças realizadas; as atividades realizadas, os diagnósticos, prognósticos e as sugestões sobre as condições operacionais do equipamento. Encaminhar o Relatório mensal para o e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br.
15. Elaborar Relatório Anual, ao final do décimo segundo mês de contrato (12ºmês), firmado por seu Responsável Técnico, que poderá ser engenheiro eletricista, mecânico, eletrônico e biomédico. No qual estarão registradas as ocorrências do ano de contrato; reposições de peças realizadas; as atividades realizadas, os diagnósticos, prognósticos e as sugestões sobre as condições operacionais do equipamento. Encaminhar o Relatório Anual para o e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br.
16. Os funcionários da empresa deverão apresentar-se nas dependências da FPEHCGV com crachá de identificação da empresa.
17. A CONTRATADA deverá indicar o pessoal técnico, para o cumprimento da futura obrigação contratual e comprovar a qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.
18. Apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada que comprove que a empresa adota práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.193 de 18 de setembro de 2024.

18.1. Se empresa não possuir o certificado, pode apresentar declaração de isenção emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada.

19. A CONTRATADA deve possuir canal específico (telefone, e-mail ou sistema informatizado) para abertura de chamado técnico, devendo ser informado número de protocolo referente ao atendimento. O número de protocolo deve poder ser consultado a posteriori, sendo vinculado ou idêntico ao número da ordem de serviço e, esta última deverá conter todas as informações necessárias desde a abertura do chamado até a conclusão do mesmo.

Da manutenção corretiva:

No que diz respeito à manutenção corretiva do equipamento, objeto deste contrato, deverão estar incluídos no contrato os seguintes itens, com vistas a garantir que não haja interrupção do atendimento na FPEHCGV:

- a) A CONTRATADA realizará atendimento para execução de manutenção corretiva sempre que for constatada a necessidade, quer seja por solicitação da CONTRATANTE (realizada por funcionário responsável pelo pedido de manutenção) quer seja por constatação dos técnicos da Engenharia Clínica da CONTRATADA;
- b) O período de atendimento será conforme o descrito no local e horário de prestação do serviço deste Termo de Referência.
- c) O tempo de resposta para as chamadas telefônicas via a central de atendimento, para manutenção corretiva do equipamento, será de no máximo 04 (quatro) horas e havendo a necessidade de atendimento local esse ocorrerá no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da identificação dessa necessidade, desde que o chamado não tenha sido aberto imediatamente em véspera de finais de semanas e/ou feriados locais ou nacionais, nessa ocorrência o chamado será atendido no próximo dia útil;
- d) A manutenção corretiva poderá ser realizada no equipamento no próprio local de atendimento, tendo-se em vista

os recursos necessários aos procedimentos de manutenção corretiva acharem-se ali instalados;

- e) A manutenção corretiva será realizada por meio dos procedimentos necessários, objetivando o pronto retorno do equipamento às condições de operação, e incluindo especificamente, o diagnóstico e correção de anormalidade;
- f) O Termo de Referência não estipula um quadro técnico. Sugerimos realizar a composição do quadro de funcionário com mão de obra qualificada, para atendimento no período de 8 - 17 h, de segunda a sexta- feira, conforme descrito nas obrigações da contratada.

Da Reposição de Peças Originais:

- a) As despesas com peças originais, partes de reposição, acessórios de uso do equipamento, mão de obra e despesas de deslocamentos, assim como o fornecimento de ferramentas necessárias à execução dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Para o equipamento médicos hospitalares em "end of life", no qual há restrição de peças pelo próprio fabricante e que impossibilita um atendimento ágil, será fornecido um prazo estendido mediante acordo por escrito com a contratada, não devendo ser impedimento para o conserto do equipamento;
- c) A CONTRATADA será responsável pela reposição de qualquer peça e/ou componente necessário ao funcionamento do equipamento descrito neste Termo de Referência. As peças de reposição deverão ser originais mediante documento comprobatório;
- d) Não serão aceitas peças de reposição, de baixa qualidade e, para tal, sempre que se for iniciar ou remover o estoque, a CONTRATADA deverá disponibilizar ao fiscal do contrato os meios de avaliação do material que intenciona utilizar.
- e) Fornecer peças de reposição, a serem usados em qualquer tipo de manutenção, em até 30% (trinta por cento) sobre o valor total mensal de mão de obra empregada nas modalidades de assistências técnicas.
- f) Reserva Técnica – Caso haja necessidade de reposição de peças acima do valor estipulado no item descrito na letra “e”, faz-se necessário a apresentação de 03 (três) propostas para aferir média de preços, que poderá ser pago até 10% (dez por cento) do valor total da mão de obra mensal, que só poderá ser pago após anuência do gestor do serviço e/ou fiscal do contrato.
- g) Caso ocorra quebra ou dano de peças e componentes pela Equipe da CONTRATADA, esta ficará responsável pela reposição, sem ônus para CONTRATANTE.

Da Manutenção Preventiva:

- a) A CONTRATADA realizará 01 (visita) semestral a título de manutenção preventiva, durante a vigência deste contrato, mediante visita de inspeção e vistoria, por técnico da CONTRATADA de acordo com o cronograma estabelecido pela CONTRATADA em comum acordo com a CONTRATANTE, contemplando os itens de verificação constantes no manual de fabricação do equipamento, visando prevenir possíveis defeitos.
- b) A CONTRATADA deverá enviar o cronograma de manutenção preventiva com datas e horários preestabelecidos para o e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br , com intuito de resguardar a efetiva execução do serviço.
- c) A CONTRATADA deverá informar o setor de Engenharia Clínica da FPEHCGV por e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br, com 05 (cinco) dias de antecedência de qualquer alteração no planejamento de manutenção preventiva.

Belém (PA), 10 de novembro de 2025.

Circlayton José Borges Carneiro
Engenheiro Clínico
Matrícula 5150060

Jullien Sampaio Menescal de Souza
Matrícula 5960868/4
Chefe do Serviço de Engenharia Clínica- EC/GEAF/FPEHCGV
Portaria nº281/2025

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PROCESSO N.º 2506939/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

ANEXO I – APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	<p>A Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) é um hospital de referência cardiológica, nefrológica, psiquiátrica no Estado do Pará com a finalidade de prestar serviço à saúde pelo SUS, assim como, prestar o ensino, à pesquisa e o ensino-aprendizagem para a formação de pessoas.</p> <p>A Fundação exerce a função de centro de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e tem um papel de destaque para a sociedade amazônica. Do mesmo modo, como hospital de ensino para a universidade estadual, tendo características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.</p> <p>Os Equipamentos de Imagem são equipamentos pertencentes ao parque de equipamentos da FPEHCGV, apresentando elevada complexidade e exige conhecimento técnico especializado em engenharia e manutenção, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Ratifica-se a importância de manter as condições seguras e adequadas dos equipamentos de diagnóstico por imagem, visto que são ferramentas essenciais para o laudo médico e correto tratamento do paciente.</p> <p>O Angiográfico é um aparelho que possibilita a realização da angiografia, que é utilizada para visualização, em tempo real, através de raio-X e injeção de contraste, dos vasos sanguíneos no ambiente intravascular na área da hemodinâmica (cardiologia intervencionista) – responsável por obter, através de um conjunto de procedimentos médicos, diagnóstico e tratamento.</p> <p>Além dos benefícios diretos do serviço de manutenção sobre este equipamento, tal contratação acaba por contribuir indiretamente na formação profissional dos profissionais de saúde, proporcionando um cenário com os exames necessários para as mais diversas residências ofertadas na Fundação, que contam com residentes médicos e multiprofissionais.</p> <p>O ensino como essência institucional, desempenha uma série de atividades e dentre elas destaca-se as relacionadas à Residência Médica, modalidade de ensino de pós-graduação.</p> <p>Considerando que a setor de Engenharia Clínica não dispõe de mão de obra própria especializada neste tipo de serviço, bem como equipamentos para testes específicos e a estrutura necessária à manutenção deste equipamento, se faz necessária a contratação de serviço terceirizado.</p> <p>A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 509/2021, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde e aprova o regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para o Gerenciamento de Tecnologias em Saúde em estabelecimentos de saúde.</p> <p>Este regulamento garante a rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade e segurança e, no que couber, desempenho, desde a entrada no estabelecimento de saúde até seu destino final, incluindo o planejamento dos recursos físicos, materiais e humanos, bem como, da capacitação dos profissionais envolvidos no processo destes.</p> <p>Diante dessa necessidade e considerando que a FPEHCGV não dispõe de instrumentos e equipamentos específicos e apropriados para a execução desses serviços e estoque das peças</p>

<p>necessárias para execução dos reparos, faz-se necessária a contratação do serviço.</p> <p>Por tanto, solicito a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da Marca: SIEMENS, Modelo: Artis Zee Floor, Nº Série: 138528, Patrimônio n.º 14193.</p>			
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO			
QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input type="checkbox"/> Bem.		
	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço.		
QUAL A NATUREZA?	<input checked="" type="checkbox"/> Continuada.	<input type="checkbox"/> Com monopólio.	
		<input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio.	
	<input type="checkbox"/> Não continuada.		
QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).		
	<input type="checkbox"/> 180 dias.		
	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.		
	<input type="checkbox"/> Indeterminado.		
	<input type="checkbox"/> Outro: nn	<input type="checkbox"/> dias.	
		<input type="checkbox"/> meses.	
<input type="checkbox"/> anos.			
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.		
	<input type="checkbox"/> Não.		
	<input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.		
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<div>Contrato nº: 408/2020</div> <div>04/12/2020</div> <div>Prazo final:</div> <div>05/06/2024</div>	
	Não.		
	Item	Descrição detalhada	

PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	1	1. Atestado de capacidade técnica para desempenho de atividade compatível com o objeto, mediante apresentação de experiência mínima 01 (um) ano, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado do ramo hospitalar de saúde, que comprove experiência prévia para o serviço a ser contratado; o atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa.
	2	2. Licença de Funcionamento (LF) fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, para a Licitante onde se encontra sediada a Empresa, dentro do prazo de validade. 2.1 Será aceito o protocolo de revalidação, não será aceito o protocolo de solicitação de licença de funcionamento.
	3	3. Registro ativo do Responsável Técnico da empresa no Conselho Regional de Engenharia (CREA).
	4	4. Declaração de Vistoria. Documento que comprove que o licitante realizou vistoria no local do objeto deste Termo de Referência, com a assinatura da chefia ou do(a) engenheiro(a) clínico(a) do Setor de Engenharia Clínica. Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido; A declaração deverá ser emitida em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa.
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <p>Especificar: De acordo com o art.10º do Decreto n.º 4.193, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024, do Estado do Pará, Os editais para a contratação de serviços poderão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando cabíveis, dentre outras:</p> <p>I - utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);</p> <p>II - adoção de medidas para evitar o desperdício de água;</p> <p>III - fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>IV - adoção de programa interno de treinamento de empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e</p> <p>V - coleta seletiva e separação de resíduos recicláveis descartados e a sua destinação a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.</p> <input type="checkbox"/> Não.	
HÁ NECESSIDADE DE	<input type="checkbox"/> Sim.	

TREINAMENTO ?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
LEVANTAMENTO DE MERCADO			
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores.		<input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares.
	<input type="checkbox"/> Internet.		<input type="checkbox"/> Audiência pública.
	<input type="checkbox"/> Outro.	Especificar: <i>(Indicar o meio)</i> .	
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	<input type="checkbox"/> Solução 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão. <input type="checkbox"/> Solução 2 - Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante. <input checked="" type="checkbox"/> Solução 3 - Realizar licitação própria. DA ANÁLISE: <input type="checkbox"/> Solução 1 – Não Foi encontrada ata vigente dos Itens com quantitativo compatível com a demanda deste HOSPITAL; <input type="checkbox"/> Solução 2 – Não há Pregões para registrar intenção de Registro de Preços junto a outro órgão. <input checked="" type="checkbox"/> Solução 3 – Torna-se mais viável pela ausência das opções 1 e 2 citadas, no momento da elaboração deste ETP.		
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input type="checkbox"/> Sim.		
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO			
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da Marca: SIEMENS, Modelo: Artis Zee Floor, Nº Série: 138528, Patrimônio nº14193, é indispensável para a prestação de ensino, pesquisa e assistência de saúde segura para os residentes, profissionais e pacientes cardiopatas e nefropatas desta Fundação Pública Estadual Hospital Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).		

QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Outro: nnn <div style="display: flex; justify-content: flex-end; margin-top: 10px;"> <div style="margin-right: 20px;"><input type="checkbox"/> dias.</div> <div style="margin-right: 20px;"><input type="checkbox"/> meses.</div> <div><input type="checkbox"/> anos.</div> </div>			
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <div style="margin-top: 10px;"><input type="checkbox"/> Não.</div> <div style="margin-top: 10px;">Justificativa: faz-se necessário assegurar a assistência técnica especializada e qualificada para manutenção periódica a ser pré-definida</div>			
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <div style="margin-top: 10px;"><input type="checkbox"/> Não.</div> <div style="margin-top: 10px;">Descrever solução: Manutenção preventiva, manutenção corretiva, calibrações e reposição de peças. O serviço de manutenção preventiva e corretiva deverá ser efetuado pela empresa nos equipamentos descritos nesta ETP, por meio de mão-de-obra especializada na FHCGV e CHML com duração de doze (12) meses.</div>			
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores.		<input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações similares.	
	<input type="checkbox"/> Outro.	Especificar: <i>(Indicar a metodologia)</i> .		
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	<p>Para estimar a quantidade de 12 meses no contrato, realizamos o levantamento para a realização dos serviços de manutenção preventiva de acordo com as orientações estabelecidas pelo fabricante.</p> <p>Para a realização das manutenções corretivas com reposição de peças originais, que compreendem serviços inesperados e mais demorados pelo fato da quantidade de horas trabalhadas do equipamento e garanti a rápida reposição de peças demonstrando, assim, vantajosidade.</p>			
	Item	Descrição	Und	Qtd

ESPECIFICAÇÃO	1	<p>Aparelho para angiografia, tipo: c, software integrado, adicional: telecomandado c, fluoroscopia, corrente: máximo de 1000 ma, tensão: máximo de 125 kv, componente: monitor, mesa de comando, outros componentes: arco em c com deslocamento longitudinal e mesa, capacidade: capacidade mínima de 200 kg.</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: APARELHO SISTEMA DE HEMODINÂMICA</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Equipamento de raios-X com detector tipo “Flat Panel” para a realização de angiografia por meio da obtenção de imagens digitais em diagnósticos cardiológicos, neurológicos, vasculares periféricos e procedimentos intervencionistas.</p> <p>Características Técnicas/Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui estativa para angiografia, inclusive periférica de piso incluindo um conjunto de tubo de raios- X com sistema “Flat Panel/Detector”; • O sistema tem capaz de cobrir pelo menos 1,75 m na longitudinal de um paciente, sem movimentá-lo; • Possui distância foco filme motorizada com variação na faixa de 90 a 115 cm; • Velocidade mínima de rotação do arco de 20 graus/s; • Velocidade mínima de angulação do arco de 25 graus/s; • Possui movimentos do arco motorizados com velocidades variáveis e controlados pelo operador; • Possui aproximação cranial RAO 105º/LAO 105º e CRAN 50º/CAUD 45º, no mínimo; • Possibilita movimentos combinados simultâneos RAO/LAO-CRAN/CAUD; • Possui 50 memórias de pré- posicionamento do arco; • Possui sistema de proteção contra colisão; • Possui sistema com módulos de operação responsáveis pelos movimentos do arco, da mesa e detector “Flat”, pela seleção dos modos de fluoroscopia, campo do detector “Flat”, ajuste do colimador e filtro duplo cuneiforme giratório. • Módulo de controle acoplado a mesa de exame para salvar posições do arco e da mesa e configurar softwares avançados / fluoroscopia e etc. <p>Mesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui tampo construído com material de absorção homogênea e de alta resistência; • Possui ajuste motorizado da altura do tampo faixa de: 80 a 100cm do piso; • Comprimento da mesa de exames 280 cm; 	Mês	12
---------------	---	--	-----	----

		<ul style="list-style-type: none"> • Realiza movimentos longitudinal e lateral com trava eletromagnética; • Realiza movimento lateral mínimo de ± 17 cm; • Realiza rotação do tampo da mesa 180° (+/-90); • Possui capacidade para pacientes de até 200 Kg, no mínimo com 100Kg adicionais para massagem cardíaca; <p>Gerador de Raios-x de 100KW:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui colimador automático de feixe de raios x; • Possui gerador de raios X diagnóstico, controlado por microprocessa 1000mA/125 KV; • Possui controle automático de exposição durante aquisição (controle do kV, mA e largura do pulso); • Possui controle automático de kV e mA para fluoroscopia; • Possui fluoroscopia contínua e pulsada com no mínimo 3 pelo menos 4 taxas de fluoroscopia pulsada; • Sistema de medição de dose total e acumulada. • Realiza seleção do foco automático; <p>Possui proteção contra sobrecarga do tubo, com controle da temperatura;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui capacidade de armazenamento térmico do tubo de pelo menos 3000 KHU com resfriamento externo; • Possui taxa de dissipação máxima do anodo de no mínimo de 4000W; <p>Sistema de Imagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permite imagens dinâmicas para aplicação cardíaca, vascular e neurológica com controle de kV/mA contínuo; <p>-Utiliza raios-X pulsados para captura em modo cardíaco com ao menos 3 taxas de quadros por segundo sendo a maior de ao menos 30 quadros por segundo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utiliza raios-X pulsados para captura em modo subtraído com ao menos 6 taxas de quadros por segundo sendo a maior de ao menos 6 quadros por segundo; • Utiliza fluoroscopia pulsada de alta resolução com ao menos 4 taxas sendo a maior 30 quadros por segundo; <ul style="list-style-type: none"> • Utiliza fluoroscopia por subtração (roadmapping) em tempo real e através de imagem subtraída previamente adquirida, com visualização simultânea de roadmap e fluoroscopia normal; • Realiza gravação de 20 segundos de fluoroscopia; • Possui sistema de captação de imagens por Flat Panel/Detector com no mínimo 30 x 30 cm (15") ou 30 x 40 cm (20"); • Tamanho Máximo de Ponto detector (pixel): 200 μm; • Apresenta eficiência de detecção quântica (DQE) 70% ou superior a uma resolução de 0lp/mm; 		
--	--	---	--	--

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 3110.1302 Email: cpfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br

		<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta profundidade/Quantidade de tons de cinza de no mínimo 16 bits; • Possui software para cálculos de Estenose, Fração de Injeção, filtros de realce de bordas, filtro de redução de ruído, 3D vascular, 3D roadmap, aquisição tomográfica e software de fusão de imagens de ressonância e tomografia sobrepostas em tempo real ao modelo de 3D roadmap, no mínimo; • Possui quatro (04) monitores com suporte para a sala de exames, alinhados, de no mínimo 18", LCD ou superior, grau médico, de alta resolução, mínima de 1280 x 1024, coloridos para imagem em tempo real, referência, software; • Possui suporte suspenso de teto, para os monitores mencionados acima, com deslocamentos longitudinal, lateral, rotação e vertical. • Possui pelo menos dois (02) monitores para a sala de comando, LCD ou superior, de no mínimo 18", grau médico, de alta resolução, mínima de 1280 x 1024, para visualização necessariamente de imagens de referência, reconstrução 3D e em tempo real (ao vivo); <p>Possui interface de sinais fisiológicos, para entrada de pelo menos dois sinais.</p> <p>Controle remoto com os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seleção de loop, imagens, anterior e ou posterior; Brilho, contraste, seleção de máscara, utilizado em subtração digital; • Subtração digital, zoom digital e seleção de rotação de imagem; • Possui interface DICOM com as licenças DICOM ativas (PRINT, STORAGE, STORAGE COMMITMENT, Q&R, MWM e MPPS); Possui sistema digital de alta resolução para aquisição e apresentação de imagens em matriz 1024x1024 a 30 quadros por segundo; • Possui rotação automática do arco a pelo menos 40 graus por segundo e taxa de 30 quadros por segundo e matriz 1024x1024. • Realiza gravação em CD ou DVD com padrão DICOM e visualizador DICOM para uso em qualquer computador; • Possui hardware e software para operação, visualização e exportação de arquivos de fotos e imagens de exposições para estações DICOM; • Tem capacidade de armazenamento de imagens para no mínimo 100.000 Imagens em matriz 1024x1024 com profundidade de 10 bit no console principal; • Possui softwares de aplicações para visualização instantânea de imagens; 		
--	--	---	--	--

		<p>Sistema permite a gravação de CD ou DVD, bem como a manipulação de imagens pelo operador no console do sistema digital na sala de operação ao mesmo tempo em que é realizada a fluoroscopia ou aquisição de imagens digitais. Esta função pode ser realizada pelo console do equipamento ou por estação adicional quando necessário interligada em DICOM. Neste console ou estação tem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de movimentação de imagens e análise de ventrículo, análise coronárias com calibração manual por referência e automática; • Software de análise vascular e coronariana, visualização de imagens nos modos VRT, MIP, MPR, software para reconstrução 3D vascular; • Software de sobreposição do bloco 3D angiográfico sobre a fluoroscopia (3D roadmap); • Software de aquisição tomográfica para procedimentos de neurointervenção reconstrução de imagens tomográficas; • Software guia de agulha para ablação por radiofrequência de crioablação; • Software de sobreposição de imagens tomográficas ou de ressonância magnética sobre a imagem de fluoroscopia (roadmap multimodalidade) como complemento do 3D; • Software de visualização de detecção da morfologia de fixação pós stent/software para realce de stent em tempo real; Software para realização de oncologia intervencionista/embolização hepática para visualização de vasos nutridores do tumor, baseados em imagem tomográfica. • Software para realização de TAVI e implantação de válvula em tempo real. • Software para roadmap da máscara, • Software para dupla fluoroscopia com e sem subtração digital. • Realização de comunicação remota do equipamento à assistência técnica. • Software base Windows com funcionalidades DICOM; • Gravação de CD com sistema de visualizador; • Monitor de no mínimo 19". <p>Alimentação elétrica: 380V - 60Hz;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Filtro duplo giratório para aplicação em angiografia com movimentos giratórios e radiais motorizados; • Descanso translúcido de braço para cateterismo radial e braquial; Suporte para soro para trilhos de mesa; Suporte de 	
--	--	---	--

		<p>braços; Unidades de CD-R.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colchão para mesa angiográfica, • Os ajustes horizontais e rotacional são feitos pelo usuário. O ajuste vertical é realizado através de chamado técnico; • Intercomunicador entre a sala de exames e a sala de controle; • Proteção radiológica para fixação na parte inferior da mesa junto ao tubo de raios outra no teto; • Faixa de fixação da cabeça na mesa. • Faixas para limitação de movimento; • Suporte para sensor de pressão invasiva para o trilho da mesa, • Dez (10) protetores de tireoide, tamanho adulto, com as seguintes características mínimas: confecção em borracha plumbífera flexível com equivalência em chumbo de 0,50 mm Pb; confeccionado em nylon lavável, com fecho em velcro, e do tipo viseira. • Dez (10) aventais plumbíferos, tamanho adulto, com as seguintes características mínimas; confecção em borracha plumbífera flexível, com proteção na frente mínima (equivalência) em chumbo de 0,50 mm Pbe com proteção nos ombros mínima (equivalência) em chumbo de 0,25 mm Pb com fecham através de velcro, avental com dimensões mínimas de 100 x 60 cm, com acabamento em nylon impermeável. • Fornecimento do quadro elétrico dimensionado, quadros, conectores, e acessórios, que deverão alimentar todo o equipamento, incluindo as workstations da sala de comando. • Bomba injetora de contraste e piso ou rack incluindo base, com rodízios ou sistema alternativo para seringas para injeção sequencial ou simultânea de contraste ou solução salina, contendo: <ul style="list-style-type: none"> - suporte para duas (01) seringas de no mínimo 100 ml de capacidade. - unidade de processamento eletrônico, display alfanumérico e cabeça injetora sustentada por braço articulado, permitindo movimento de 360 graus da cabeça injetora nos planos vertical e horizontal, - cabeça injetora com indicação digital de volume de enchimento, permitindo eficiente controle de enchimento da seringa com velocidade variável, - controle e volume, fluxo tempo e pressão; - sistema de segurança eletrônico e mecânico de parada da injeção no cas volume, fluxo ou pressão 		
--	--	---	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> - console giratório, com indicação digital dos parâmetros selecionados e possibilidade de programação dos valores de: fluxo, volume, limite de pressão, retardo, duração e controle de aceleração de injeção, - aquecedor da seringa para manter o meio de contraste na temperatura corporal ou mantenedor de temperatura do contraste na própria estrutura da bomba injetora para que o mesmo se mantenha na temperatura compatível com a temperatura corporal - Deve permitir programação de disparo e interrupção da injeção de dentro da sala de exames e da sala de comando. <ul style="list-style-type: none"> • Bases e estrutura mecânicas para a instalação do equipamento. • Estabilizador interno ou não para todos os equipamentos do conjunto incluindo nobreak para computadores. • Quadro elétrico para energização dos equipamentos com monitoração de isolamento e de acordo com normas ABNT e especificação do equipamento. 		
--	--	---	--	--

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Painel de preços.	<input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares.	
	<input type="checkbox"/> Simas.	<input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores.	
	<input type="checkbox"/> Internet.	<input type="checkbox"/> Outro.	Especificar:

ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-x para angiografia da Marca SIEMENS, Modelo: Artis Zee Floor, Nº Série:138528, Patrimônio 14193.	R\$ 34.898,29	12	R\$ 418.779,48

TOTAL

418.779,48

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Item único

A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<input type="checkbox"/> Não.	Por quê?	<input type="checkbox"/> Objeto indivisível.	<input type="checkbox"/> Perda de escala.
			<input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável.	<input type="checkbox"/> Economicamente inviável.
			<input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade.	<input type="checkbox"/> Outro. Especificar: <i>(Indicar o motivo)</i> .
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES				
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar: (Este contrato de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças originais será para dar continuidade ao atendimento especializado ao equipamento Raio-X para angiografia da Marca: SIEMENS, Modelo: Artis Zee Floor, N.º Série: 138528, adquirido através do Processo PAE: 2021/86676. <input type="checkbox"/> Não.			
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO				
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Especificar item do PCA: Providências: O serviço será incluído no PCA de 2026.			
RESULTADOS PRETENDIDOS				
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento		<input checked="" type="checkbox"/> Redução de Custos	
			<input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos	
	Administrativo		Humanos	
	<input checked="" type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho		<input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência	
	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo		<input type="checkbox"/> Realização de Política Pública	
	<input type="checkbox"/> Outro.		Especificar: <i>(Indicar o benefício)</i> .	
PROVIDÊNCIAS PENDENTES				
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Especificar:			

IMPACTOS AMBIENTAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
<p>HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p>Especificar os impactos: <i>(Detalhar)</i>.</p> <p>Especificar as medidas de mitigação dos impactos: <i>(Detalhar)</i>.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
CONCLUSÃO	
<p>A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.
	<input type="checkbox"/> Não.

Belém (PA), 03 de outubro de 2025.

Circlayton José Borges Carneiro
Engenheiro Clínico
Matrícula 5150060
CREA/PA 1503565823 EC/GEAF/FPEHCGV





Jullien Sampaio Menescal de Souza
Matrícula 5960868/4
Chefe do Serviço de Engenharia Clínica- EC/GEAF/FPEHCGV
Portaria nº281/2025

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR

VIANNA PROCESSO N.º 2506939/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO N.º XXXX/2026 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA E A EMPRESA

RESUMO	
	Contratante FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA Direito Público, Entidade da Administração Pública Indireta CNPJ n.º 22.980.973/0001-77
	Contratado CNPJ n.º
	Objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da marca SIEMENS N.º Série 138528 Patrimônio n.º14193, é indispensável para a prestação da assistência de saúde segura para os pacientes cardiopatas e nefropatas da Fundação Pública Estadual Hospital Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) e do Centro de Hemodiálise Monteiro Leite (CHML).
	Da prestação do serviço O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato. Local: Setor de Hemodinâmica da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, situado na Tv. Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – CEP: 66.083-106 na Cidade de Belém, Estado do Pará, de segunda à sexta-feira, exceto sábado, domingo e feriados, no horário das 08h às 17h, conforme descrito na especificação técnica.
	Valor Estimado R\$
	Reajuste Índice: <input type="checkbox"/> IPCA <input type="checkbox"/> INPC <input type="checkbox"/> INCC <input checked="" type="checkbox"/> IGPM
	Período: a cada 12 meses , a contar de 25/11/2025.
	Pagamento Forma: Ordem bancária, BANPARÁ, caso a empresa vencedora não possua conta BANPARÁ a mesma deverá providenciar a abertura de



conta bancária junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, nos termos do Decreto Estadual nº 877/2008, para o recebimento dos pagamentos decorrentes da execução contratual.

Prazo: 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal com o comprovante de regularidade fiscal da contratada, provada pela consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado ou pela apresentação documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consulta aos sistemas oficiais.

Fiscalização

Fiscal Titular: Danielle Cristina do Nascimento Costa, matrícula: 57173312/1.

Fiscal Suplente: Jaelson Campos Cunha, matrícula 57189053/1

Vigência

Prazo: 12 (doze) meses.

Início:

Término:

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

1.1. Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA, entidade pertencente ao Governo do Estado do Pará, inscrita no CNPJ nº 22.980.973/0001-77, estabelecida a Trav. Alferes Costa, n.º 2.000, nesta capital, neste ato representada pelo Sr. Diretor Presidente **Dr. SIPRIANO FERRAZ SANTOS JÚNIOR**, CNH nº 046604992871 DNT/PA e CPF nº 891.273.072-04, designado Exmo. Governador do Estado do Pará, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Governamental datado de 15 de maio de 2025, publicado no DOE-PARÁ nº 16.229 de 16 de maio de 2025, doravante denominada FPEHCGV

CONTRATADO

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

- 2.1** O presente contrato é oriundo do Pregão Eletrônico constante no **PAE nº 2024/2506939**, observará a Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar Federal n.º 123/06, Decretos Estaduais n.º 2.939/2023 e alterações, 2.940/2023, 3.037/2023, 3.532/2023, 877/2008 e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas no Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1. O objeto desta licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da marca SIEMENS Nº Série 138528 Patrimônio nº14193, é indispensável para a prestação da assistência de saúde segura para os pacientes cardiopatas e nefropatas da Fundação Pública Estadual Hospital Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) e do Centro de Hemodiálise Monteiro Leite (CHML).

3.2. Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIMAS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva, calibrações e reposição de peças originais para 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da marca SIEMENS Nº Série 138528 Patrimônio nº 14193, é indispensável para a prestação da assistência de saúde segura para os pacientes cardiopatas e nefropatas desta Fundação Pública Estadual Hospital Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) e Centro de Hemodiálise Monteiro Leite (CHML)	-	Mês	12	R\$	R\$
VALOR ESTIMADO							

3.3. Os valores presentes no contrato se vinculam à proposta vencedora.

CLÁUSULA 4

Da prestação do Serviço

4.1. O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.

4.2. Do local da prestação dos serviços:

4.2.1. Setor de Hemodinâmica da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, situado na Tv. Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – CEP: 66.083-106 na Cidade

de Belém, Estado do Pará, de segunda à sexta-feira, exceto sábado, domingo e feriados, no horário das 08h às 17h, conforme descrito na especificação técnica.

CLÁUSULA 5

Do Pagamento

5.1. O valor global estimado do contrato é R\$ _____, e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusas neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

5.2. Os serviços de manutenção corretiva, inclusive reposição de peças originais, serão executados sob demanda, mediante solicitação do CONTRATANTE, sendo remunerados de acordo com as quantidades efetivamente executadas, observados os respectivos valores unitários pactuados na proposta vencedora e as condições do Termo de Referência.

5.3. O presente contrato possui valor global estimado, sendo o montante total variável e correspondente à soma dos valores pagos pela manutenção preventiva durante a vigência contratual, acrescidos dos valores relativos às manutenções corretivas e reposições de peças efetivamente executadas e autorizadas.

5.4. Os serviços de manutenção preventiva serão remunerados mediante valor fixo, em conformidade com a periodicidade, especificações técnicas e quantitativos previamente estabelecidos pela área técnica e em conformidade à proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de 2025 na classificação abaixo:

Funcional Programática: 10.302.1507.8288

Natureza da Despesa: 339039

Fonte de Recursos: ,01659000069,01500100203,01500000001, 01601000049, e suas respectivas subfontes e superávits.

Plano Interno: 1020008288C

CLÁUSULA 7.

Reajuste

- 7.1. O contrato será reajustado pelo IGPM;
- 7.2. É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **25/11/2025**.
- 7.3. O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.
- 7.4. O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.
- 7.5. O reajuste será realizado *por simples apostila*.
- 7.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.7. Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.
- 7.8. Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

- 8.1. O pagamento será realizado em **30 (trinta) dias corridos** a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
- 8.2. O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, em estrita consonância ao que dispõe o Decreto Estadual nº 877/2008, cujos dados são:

Banco	BANPARÁ
Agência	
Conta	

8.3. Caso a empresa vencedora não possua conta BANPARÁ a mesma deverá providenciar a abertura de conta bancária junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, nos termos do Decreto Estadual nº 877/2008, para o recebimento dos pagamentos decorrentes da execução contratual.

8.4. DA CONTA CORRENTE E DO PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO BANCÁRIA:

8.4.1. Considerando o disposto no art. 1º, § 2º, do Decreto Estadual nº 877/2008, e nos arts. 20 e 21, parágrafo único, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro -LINDB, bem como o art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica convencionado que:

8.4.2. A CONTRTADA poderá, excepcionalmente, indicar conta corrente de sua titularidade mantida junto ao qualquer outro banco para fins de recebimento dos pagamentos decorrentes deste contrato, até que seja concluído o procedimento de abertura de conta corrente em agência do Banco do Estado do Pará- Banpará, de sua preferência.

8.4.3. Fica concedido o prazo de 5(CINCO) DIAS ÚTEIS, contados da data de assinatura da ATA, para a efetiva abertura e regularização da referida conta corrente no BANPARÁ, em conformidade com as exigências do Decreto Estadual no 877/2008.

8.4.4. Após a abertura da conta no BANPARÁ, deverá comunicar formalmente à FPEHCGV, apresentando os respectivos comprovantes bancários, para que a alteração da conta de pagamento seja registrada mediante APOSTILA, conforme previsto no art. 136, caput, da Lei Federal no 14.133/2021.

8.4.5. O descumprimento do prazo estabelecido nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, na forma prevista nesta ATA e na legislação vigente.

8.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências;

8.6. Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE;

8.7. A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura;

8.8. A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

8.9. A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual;

8.10. Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 (cinco) dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO;

8.11. A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do fornecimento que já foi entregue;

- 8.12.** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado;
- 8.13.** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente;
- 8.14.** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância;
- 8.15.** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento;
- 8.16.** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.
- 8.17.** Excepcionalmente, por motivo devidamente justificado e formalizado no processo administrativo, o prazo para pagamento poderá ser **prorrogado por até 60 (sessenta) dias**, nos termos do art. 145, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sem que isso caracterize inadimplemento contratual da Administração.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

- 9.1** O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.
- 9.2.** A garantia corresponderá a **5%** (cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- 9.3.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

Banco	BANPARÁ
Agência	0014
Conta	180130-9

- 9.4.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.
- 9.5.** No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.
- 9.6.** Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **30 (trinta) dias úteis** a contar de sua notificação.
- 9.7.** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.
- 9.8.** A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.
- 9.9.** Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.
- 9.10.** A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de 12 (doze) meses, no mínimo.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1. O CONTRATANTE tem a obrigação de:

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 3110.1302 Email: cplfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br

10.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviço possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidos no Edital e neste Contrato.

10.1.2. Rejeitar os serviços executados e/ou as peças utilizados que não atendem às especificações técnicas previstos neste Termo de Referência, determinando sua correção ou substituição, sem ônus para o CONTRATANTE.

10.1.3. Assegurar aos técnicos da contratada o acesso para reposições e/ou substituições durante a garantia, respeitadas as normas de segurança interna do contratante.

10.1.4. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da contratada.

10.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega dos bens contratados e o seu aceite.

10.1.6. Notificar a empresa, através do Setor de Convênios e Contratos (SECONC) da FHCGV, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no item que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.1.7. Impedir que terceiros executem o fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência.

10.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

10.1.9. Elaborar o cronograma de manutenção preventiva com datas, horários E quantitativos preestabelecidos e repassa-los para a contratada, com intuito de resguardar a efetiva execução do serviço.

10.2. O CONTRATADO tem a obrigação de:

10.2. 1. Executar os serviços objeto do termo de referência, atendidos os requisitos e observadas as normas constantes deste instrumento, em conformidade com a proposta vencedora.

10.2.2. A empresa deverá possuir equipe técnica qualificada, em Belém do Pará, para efetivar os serviços de manutenção corretiva e preventiva necessários ao correto funcionamento do equipamento.

10.2. 3. Manter o equipamento e todos os seus componentes relacionados em condições satisfatórias de operação, conforme especificações técnicas do fabricante.

10.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no mesmo.

10.2. 5. Comunicar, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste Termo.

10.2. 6. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) produto(s), objeto da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança e eficácia, conforme previsto na legislação em vigor.

10.2.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FPEHCGV durante a vigência da garantia do contrato.

10.2.8. Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da aquisição, tributos sem qualquer exceção, que incidirem sobre a presente aquisição, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva do fornecedor e deverão ser pagos nas épocas devidas, não devendo, em hipótese alguma, falar-se em responsabilidade solidária ou subsidiária.

10.2.9. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças originais deverão ser efetuados sempre **pela CONTRATADA em 01 (um) aparelho de Raio-X para angiografia da Marca SIEMENS, Modelo: Artis Zee Floor, Nº Série 138528 Patrimônio nº14193, no local onde a máquina se encontra, endereço descrito no Estudo Técnico Preliminar.**

- 10.2.10. Fornecer peças e acessórios de reposição originais, devidamente comprovadas.
- 10.2.11. Todos os serviços devem ser realizados nas dependências da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas “Gaspar Vianna”, conforme o item a ser atendido. Excepcionalmente, e após autorização da FPEHCGV, poderá ser realizado o serviço fora das dependências da mesma, na dependência da empresa licitante;
- 10.2.12. O contrato de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças originais, objeto deste contrato, será na modalidade “full”, com total cobertura dos serviços, disponibilização de peças reposição e de todos os acessórios necessários para o adequado funcionamento do equipamento descrito acima, tais como peças mecânicas, elétricas e eletrônicas, compatível com o equipamento descrito, sempre seguindo as normas técnicas de manutenção preventiva e corretiva do equipamento existente, de tal forma a manter o seu pleno funcionamento, como o recomendado pela RDC Nº509 de 27 de maio 2021.
- 10.2.13. Emitir um Relatório inicial com a análise da situação encontrada no equipamento a ser recuperado e qualificado, incluindo um levantamento fotográfico do mesmo, no prazo de 30(trinta) dias. Encaminhar o Relatório inicial para o e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br
- 10.2.14. Elaborar Relatório Mensal, ao final de cada mês, firmado por seu Responsável Técnico, que poderá ser engenheiro eletricista, mecânico, eletrônico e biomédico. No qual estarão registradas as ocorrências do mês; reposições de peças realizadas; as atividades realizadas, os diagnósticos, prognósticos e as sugestões sobre as condições operacionais do equipamento. Encaminhar o Relatório mensal para o e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br.
- 10.2.15. Elaborar Relatório Anual, ao final do décimo segundo mês de contrato (12ºmês), firmado por seu Responsável Técnico, que poderá ser engenheiro eletricista, mecânico, eletrônico e biomédico. No qual estarão registradas as ocorrências do ano de contrato; reposições de peças realizadas; as atividades realizadas, os diagnósticos, prognósticos e as sugestões sobre as condições operacionais do equipamento. **Encaminhar o Relatório Anual para o e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br.**
- 10.2.16. Os funcionários da empresa deverão apresentar-se nas dependências da FPEHCGV com crachá de identificação da empresa.
- 10.2.17. A CONTRATADA deverá indicar o pessoal técnico, para o cumprimento da futura obrigação contratual e comprovar a qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.
- 10.2. 18. Apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada que comprove que a empresa adota práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.193 de 18 de setembro de 2024.
- 10.2.18.1. Se empresa não possuir o certificado, pode apresentar declaração de isenção emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada.
- 10.2.19. A CONTRATADA deve possuir canal específico (telefone, e-mail ou sistema informatizado) para abertura de chamado técnico, devendo ser informado número de protocolo referente ao atendimento. O número de protocolo deve poder ser consultado a posteriori, sendo vinculado ou idêntico ao número da ordem de serviço e, esta última deverá conter todas as informações necessárias desde a abertura do chamado até a conclusão do mesmo.
- 10.2.19.1 Da manutenção corretiva:**
- 10.2.19.1.1. No que diz respeito à manutenção corretiva do equipamento, objeto deste contrato, deverão estar incluídos no contrato os seguintes itens, com vistas a garantir que não haja interrupção do atendimento na FPEHCGV:
- a) A CONTRATADA realizará atendimento para execução de manutenção corretiva sempre que for constatada a necessidade, quer seja por solicitação da CONTRATANTE (realizada

por funcionário responsável pelo pedido de manutenção) quer seja por constatação dos técnicos da Engenharia Clínica da CONTRATADA;

b) O período de atendimento será conforme o descrito no local e horário de prestação do serviço deste Termo de Referência.

c) O tempo de resposta para as chamadas telefônicas via a central de atendimento, para manutenção corretiva do equipamento, será de no máximo 04 (quatro) horas úteis e havendo a necessidade de atendimento local esse ocorrerá no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da identificação dessa necessidade, desde que o chamado não tenha sido aberto imediatamente em véspera de finais de semanas e/ou feriados locais ou nacionais, nessa ocorrência o chamado será atendido no próximo dia útil;

d) A manutenção corretiva poderá ser realizada no equipamento no próprio local de atendimento, tendo-se em vista os recursos necessários aos procedimentos de manutenção corretiva acharem-se ali instalados;

e) A manutenção corretiva será realizada por meio dos procedimentos necessários, objetivando o pronto retorno do equipamento às condições de operação, e incluindo especificamente, o diagnóstico e correção de anormalidade;

f) O Termo de Referência não estipula um quadro técnico. Sugerimos realizar a composição do quadro de funcionário com mão de obra qualificada, para atendimento no período de 8 - 17 h, de segunda a sexta- feira, conforme descrito nas obrigações da contratada.

10.2.19.2. Da Reposição de Peças Originais:

a) As despesas com peças originais, partes de reposição, acessórios de uso do equipamento, mão de obra e despesas de deslocamentos, assim como o fornecimento de ferramentas necessárias à execução dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA;

b) Para o equipamento médicos hospitalares em "end of life", no qual há restrição de peças pelo próprio fabricante e que impossibilita um atendimento ágil, será fornecido um prazo estendido mediante acordo por escrito com a contratada, não devendo ser impedimento para o conserto do equipamento;

c) A CONTRATADA será responsável pela reposição de qualquer peça e/ou componente necessário ao funcionamento do equipamento descrito neste Termo de Referência. As peças de reposição deverão ser originais mediante documento comprobatório;

d) Não serão aceitas peças de reposição, de baixa qualidade e, para tal, sempre que se for iniciar ou remover o estoque, a CONTRATADA deverá disponibilizar ao fiscal do contrato os meios de avaliação do material que intenciona utilizar.

e) Fornecer peças de reposição, a serem usados em qualquer tipo de manutenção, em até 30% (trinta por cento) sobre o valor total mensal de mão de obra empregada nas modalidades de assistências técnicas.

f) Reserva Técnica – Caso haja necessidade de reposição de peças acima do valor estipulado no item descrito na letra “e”, faz-se necessário a apresentação de 03 (três) propostas para aferir média de preços, que poderá ser pago até 10% (dez por cento) do valor total da mão de obra mensal, que só poderá ser pago após anuência do gestor do serviço e/ou fiscal do contrato.

g) Caso ocorra quebra ou dano de peças e componentes pela Equipe da CONTRATADA, esta ficará responsável pela reposição, sem ônus para CONTRATANTE.

10.2.19.3 Da Manutenção Preventiva:

a) A CONTRATADA realizará 01 (visita) semestral a título de manutenção preventiva, durante a vigência deste contrato, mediante visita de inspeção e vistoria, por técnico da

CONTRATADA de acordo com o cronograma estabelecido pela CONTRATADA em comum acordo com a CONTRATANTE, contemplando os itens de verificação constantes no manual de fabricação do equipamento, visando prevenir possíveis defeitos.

b) A CONTRATADA deverá alinhar o cronograma de manutenção preventiva preestabelecido pela área técnica, com datas e horários preestabelecidos para o e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br, com intuito de resguardar a efetiva execução do serviço.

c) A CONTRATADA deverá informar o setor de Engenharia Clínica da FPEHCGV por e-mail: engenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br, com 05 (cinco) dias de antecedência de qualquer alteração no planejamento de manutenção preventiva.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

- 11.1. A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.
- 11.2. A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.
- 11.3. O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

- 12.1. Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

INFRAÇÃO		PENALIDADE
12.1.1.	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
12.1.2.	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"</i> .
12.1.3.	Dar causa à inexecução total do contrato.	
12.1.4.	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
12.1.5.	Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
12.1.6.	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	
12.1.7.	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.	

12.1.8.	Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
12.1.9.	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
12.1.10.	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.	
12.1.11.	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	

- 12.2. O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
- 12.4. As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

MULTA	
Moratória	Compensatória
12.4.1. 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos .	30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
12.4.2. 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 (trinta) dias corridos , pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	

- 12.5. Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.
- 12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.
- 12.7. Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.
- 12.8. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.9. A aplicação das sanções deve observar:
- 12.9.1. A natureza e gravidade da infração.
 - 12.9.2. As peculiaridades do caso.
 - 12.9.3. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
 - 12.9.4. Os danos causados ao CONTRATANTE.
 - 12.9.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.10. As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.
- 12.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos

atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 12.12. No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

- 13.1. As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.
- 13.2. Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.
- 13.3. As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.
- 13.5. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

- 14.1. O presente contrato poderá ser extinto, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.1.1. **Decurso de prazo:** pelo término do prazo de vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, independentemente de comunicação prévia.

14.1.2. **Rescisão por acordo das partes:** por mútuo consentimento entre as partes, desde que não haja prejuízo ao interesse público, mediante termo aditivo;

14.1.3. **Rescisão por inadimplemento do contratado:** em caso de descumprimento das obrigações contratuais pelo CONTRATADO, após notificação e procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.1.4. **Rescisão por interesse da Administração:** por motivo de interesse público devidamente justificado, mediante notificação prévia ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, sem prejuízo das obrigações já assumidas e dos serviços já executados;

14.1.5. **Rescisão por caso fortuito ou força maior:** em decorrência de fatos imprevisíveis ou inevitáveis que impossibilitem a execução do objeto, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.1.6. **Rescisão por alteração superveniente:** em virtude de alteração legislativa, orçamentária ou fática que torne inviável a execução do contrato, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. A extinção do contrato não exime as partes das obrigações assumidas até a data do evento extintivo, nem dos deveres de prestação de contas e de responsabilização por eventuais danos causados.

14.3. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, mediante justificativa fundamentada, substituir o modo de execução do objeto ou extinguir o contrato por interesse público, sem que isso configure descumprimento contratual, assegurado ao CONTRATADO o direito à remuneração pelos serviços efetivamente executados.

14.4. A extinção do contrato não prejudicará a aplicação das sanções administrativas, civis ou penais cabíveis, em caso de descumprimento das obrigações contratuais ou legais.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

15.1 O cumprimento do contrato será fiscalizado de maneira titular pela servidora Danielle Cristina do Nascimento Costa, matrícula: 57173312/1, sob os seguintes contatos: telefone (91) 3110-1296; Endereço de e-mail: hemodinamica@gasparvianna.pa.gov.br. Para atuar como fiscal suplente, fica responsável o servidor Jaelson Campos Cunha, matrícula 57189053/1, sob os seguintes contatos: telefone (91) 3110-1234; Endereço de e-mail: oficinaengenhariaclinica@gasparvianna.pa.gov.br, em ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

- 18.1. O CONTRATANTE divulgará este contrato no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.
- 18.2. Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

- 19.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de **dd/mm/aa a dd/mm/aa**.
- 19.2. Há possibilidade de prorrogação do presente contrato, nos termos do art 107 da Lei 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, vantajosidade econômica e manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.
- 19.3. A prorrogação contratual ficará condicionada à comprovação, pela CONTRATADA, de que permanece atendendo a todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira exigidas no processo originário da contratação.
- 19.4. A CONTRATADA deverá manter **atualizado e regular** o seu cadastro no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, bem como comprovar, durante toda a vigência

contratual e em eventuais prorrogações, a inexistência de registros impeditivos no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**.

CLÁUSULA 20

Foro

20.1. As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), dd de mm de 2026.

SIPRIANO FERRAZ SANTOS JUNIOR

DIRETOR PRESIDENTE DA FPEHCGV

REPRESENTANTE LEGAL

Contratada

CLAYTON BRASIL OLIVEIRA

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
PROCESSO N.º 2506939/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2026
ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO DE ABERTURA DE CONTA BANPARÁ.

TERMO DE COMPROMISSO PARA ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA

Com a finalidade de cumprir as exigências do Edital do PE/SRP Nº 90007/2026, presente no processo nº 2506939/2024, e do Decreto Estadual nº 877/2008, na qualidade de representante legal da empresa _____, CNPJ _____, Inscrição Estadual _____ e situada à _____, comprometo-me a providenciar a abertura de conta corrente no BANPARÁ em até 5 (cinco) dias úteis com fundamento no art.1º, §2º, do Decreto Estadual 877/08 combinado com artigos 20 e 21, p. único, da LINDB.

Declaro ainda, estar ciente que a não apresentação do comprovante de conta no BANPARÁ, nas condições e prazos definidos neste termo acarretarão as sanções legais cabíveis nos termos do art. 155 da Lei 14.133/21.

Este compromisso vigorará desde a data de sua assinatura até a apresentação formal e validação do comprovante bancário pela Contratante ao setor de finanças da FPEHCGCV.

Belém, dd de mm de aaaa.

REPRESENTANTE LEGAL